

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.318 - ES (2019/0148749-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **SANDRA CRISTINA BORGES GUERREIRO**
EMBARGANTE : **MAURO APARECIDO GUERREIRO**
ADVOGADOS : **ADILSON GUIOTTO TORRES - ES006922**
: **VITOR FARIA MORELATO - ES013412**
: **FILIFE TARDIN RODRIGUES E OUTRO(S) - ES015873**
: **DANIELA BERNABÉ COELHO - ES016206**
EMBARGADO : **BERTOLI CONSTRUÇÕES LTDA**
ADVOGADOS : **RAFAEL SANTA ANNA ROSA - ES009195**
: **RONALDO VICTOR DE ALMEIDA PEREIRA - ES014508**
: **GUILHERME MIRANDA RIBEIRO - ES014240**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SANDRA CRISTINA BORGES GUERREIRO E OUTRO à decisão que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento (e-STJ fls. 690/695).

Alegam os embargantes que a decisão atacada incorreu em contradição ao entender pelo afastamento da negativa de prestação jurisdicional e, ao mesmo tempo, negar provimento ao mérito do recurso especial por ausência de prequestionamento dos artigos 542, I do Código de Processo Civil/2015; 476 do Código Civil e 34 do Código de Defesa do Consumidor.

Também sustentam a ocorrência das seguintes omissões no julgado:

(i) o exame do apelo nobre não depende de reavaliação da prova, pois a pretensão diz respeito à contradição manifestada no aresto proferido na origem, que em determinado ponto atesta a existência de inadimplência da construtora e em outro afirma que não houve, de modo que a decisão com base no entendimento de que a revisão do julgado esbarra nas Súmulas nºs 5 e 7/STJ partiu de premissa equivocada; e

(ii) o objeto do recurso especial, não enfrentado até o presente momento, diz respeito ao fato de que a oferta deve vincular, inclusive sobre o contrato de adesão.

"(...) a contradição do Acórdão importou em negativa da tutela jurisdicional, uma vez que o Tribunal de origem, mesmo instado por Embargos de Declaração, considerou um fato para um pedido, mas desconsiderou o mesmo fato para outro pedido" (e-STJ fl. 698).

Aduz que o segundo pedido de anulação do acórdão teve por base a má valoração da prova, porquanto a vinculação da oferta se sobrepõe a cláusulas contratuais.

Ao final, requerem o acolhimento do recurso.

Apesar de devidamente intimada, a parte embargada não ofereceu impugnação (e-STJ fl. 712).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Consoante o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis para (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz, de ofício ou a requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

No caso, não há contradição a ser sanada.

De acordo com a decisão agravada, os embargantes alegaram violação dos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015 para que a instância ordinária, em nova análise dos aclaratórios, reexaminasse as seguintes questões:

(i) necessidade de condenação da recorrida em obrigação de fazer consistente na averbação da casa sobre o lote na matrícula do bem e emitir a escritura definitiva de compra e venda;

(ii) o pedido de consignação não foi apreciado, de modo que a sua falta não pode motivar o indeferimento do pedido de fazer ou de adjudicação; e

(iii) a vinculação da oferta, nos termos dos artigos 30 e 34 do Código de Defesa do Consumidor, deve se sobrepor aos termos ambíguos do contrato de adesão.

A decisão embargada, consignou que a instância ordinária enfrentou os temas acima ventilados, apenas no sentido não pretendido pelos embargantes, conforme demonstra a leitura dos seguintes trecho do voto condutor do acórdão que apreciou os aclaratórios:

"(...)

Como verificado, foram estabelecidos os seguintes entendimentos: i) não há que se falar em promessa de entrega do bem com 300 m², sendo indevida a condenação da parte requerida em perdas e danos; ii) indevida a aplicação do art. 940, uma vez que sua incidência pressupõe a cobrança judicial de dívida já paga, o que definitivamente não ocorre no caso concreto; iii) a multa prevista na cláusula 2.3 refere-se especificamente à rescisão contratual, provocada por qualquer das partes, não servindo para outra finalidades, não podendo, desse modo, ser confundida com pretensão indenizatória e, iv) a consignação da terceira parcela somente foi consignada em Juízo após a prolação da sentença, assim, tal como pontuado pelo Magistrado a quo, não há prova de que a requerida tenha recusado sua outorga" (e-STJ fl. 552).

Superior Tribunal de Justiça

Já em relação aos artigos 542, I, do CPC/2015 e 476 do Código Civil, restou esclarecido que tais dispositivos legais não teriam sido objeto do recurso de apelação, sendo somente suscitados pelos embargantes quando da oposição de embargos declaratórios.

Tal situação não importa apenas em ausência de prequestionamento, mas constitui em inadmissível inovação recursal.

Também não há omissão a ser suprida, pois o aresto proferido na origem concluiu *"inexistir prova de que a recorrida tenha recusado a sua outorga, tanto mais que tal obrigação, conforme disposição contratual, está condicionada ao pagamento da terceira parcela do contrato, a qual apenas foi consignada após a prolação da sentença"* (e-STJ fl. 693).

Já em relação à vinculação da oferta (artigos 30 e 34 do CDC), o tribunal local entendeu pela inexistência de previsão no contrato firmado entre as partes de *"entrega de imóvel com 300 m², não sendo considerada a previsão contratual de 'pequenas alterações' como área construída, porquanto existente critério objetivo, referente ao fato de que a metragem é que demandaria custo adicional"* (e-STJ fls. 693/694).

Conforme registrado na decisão embargada, a revisão de tais questões, ao contrário do afirmado pelos embargantes, esbarra nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir contradição e omissão, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator